

INTRODUÇÃO

Todos cometemos erros; errar não é específico do homem. Outros seres vivos, animais e até plantas, têm uma capacidade parcial de prever alguns erros, reconhecê-los e até aprender com eles. Porém, parece que só os seres humanos atuam ativamente nesse sentido. Em vez de esperarmos que os erros se revelem, eventualmente com consequências desastrosas, tentamos identificá-los de forma consciente e deliberada: testamos nossas ideias e invenções, as examinamos de maneira crítica, jogamos fora o que descobrimos que está errado e tentamos outra vez. Mesclada com essa atitude crítica, há uma fraqueza tipicamente humana: o sentimento de que devemos nos envergonhar de nossos erros e lamentar havê-los cometido, já que eles nascem da nossa incompetência ou da falta de um discernimento maduro. Tais escrúpulos são descabidos e devem ser afastados, pois não conhecemos nenhuma maneira de evitar sistematicamente o erro nem, em particular, de evitá-lo quando exploramos o desconhecido. Por isso, a relutância em cometer erros geralmente degenera em uma desconfiança em relação às ideias novas, em uma antipatia a qualquer tipo de iniciativa ousada. Se temos um desejo sincero de descobrir como é o mundo, devemos estar preparados para corrigir erros; se vamos corrigi-los, devemos estar preparados para cometê-los.

Não são os erros em geral que devem nos perturbar, mas apenas aqueles que somos incapazes de corrigir. Não devemos considerar com seriedade propostas que não podemos submeter à crítica e, por conseguinte, não podemos corrigir. Ao embarcarmos na aventura de investigar o mundo e nossa participação nele, precisamos examinar minuciosamente cada gesto que fizermos, abandonando os que se revelarem errados. Para que isso funcione, devemos desde logo rejeitar as ideias que, estando erradas, não possam ser corrigidas. Podemos e devemos ser indulgentes com a ocorrência de erros, pois, não importa o que fizermos, não evitaremos todos. Mas não podemos cometer erros incorrigíveis, irreversíveis ou incontroláveis. O que interfere em nossa compreensão é a perpetuação dos erros; é ela, e não o fato de cometê-los, que devemos tentar evitar.

O tema das observações precedentes — de que, no âmbito dos erros, a cura é mais importante do que a prevenção — está no centro da filosofia do conhecimento conhecida como racionalismo crítico. Embora

pronunciada em alguns aspectos por pensadores anteriores, como Hume, Kant, Whewell e Peirce, essa filosofia foi elaborada quase exclusivamente, nos últimos cinquenta anos, por Sir Karl Popper e um pequeno número de alunos e seguidores seus. Ao contrário de filosofias anteriores, ela enfatiza a conjectura, considerada como forma de adquirir conhecimento, e a crítica, considerada como forma de controlá-lo. O próprio Popper a descreveu dizendo que o conhecimento evolui em uma sequência de conjecturas e refutações, de soluções provisórias dos problemas, submetidas a testes rigorosos, feitos sem concessões. No racionalismo crítico há pouco espaço para inquietações da filosofia tradicional, como a de saber se nosso conhecimento tem uma base segura e, se a tiver, qual ela é. Para o racionalismo crítico, nosso conhecimento não tem bases seguras: fica mais livremente no ar do que assentado em alicerces sólidos; além disso, não se ganharia nada se ele as tivesse. Para o racionalista crítico, o que importa é se as conjecturas estão corretas, e não se há razões para supor que estejam. Quando uma conjectura resiste bem a todas as objeções que podemos levantar contra ela, não há razão para acreditarmos que não esteja correta. Tampouco há razão, diz o racionalista crítico, para acreditarmos que esteja correta: podemos supor o que quisermos se não houver razão para crer que ela está errada. E estar correta, como Popper talvez tenha sido o primeiro a reconhecer plenamente (por incrível que pareça), é insuficiente, tanto para a especulação abstrata sobre o Universo em que vivemos quanto para a tarefa prática de viver neste Universo. Raras vezes sabemos que estamos corretos; quando estamos, não precisamos saber.

Segundo o racionalismo crítico, os argumentos são sempre negativos, sempre críticos; os usamos e necessitamos deles apenas para derrubar conjecturas formuladas antes. Dessa consideração decorrem outras proposições que ocupam o centro da filosofia popperiana. Uma delas, já assinalada, é a seguinte: para que mereçam ser consideradas, as conjecturas têm de ser passíveis de crítica, pois o argumento crítico é o único controle de que dispomos sobre nossas meditações e sonhos. Além disso, se só usarmos argumentos que lançam mão de dados empíricos, nossas conjecturas deverão limitar-se ainda mais às que forem empiricamente refutáveis, às que puderem chocar-se com os dados da experiência, se os fatos seguirem esse rumo. É esse o critério de Popper para demarcar a ciência empírica e a metafísica (e a pseudociência). Mas, se nossas conjecturas científicas — a maioria das quais nada diz sobre a experiência pessoal, embora tenha implicações para nossa experiência

comum ou compartilhada — puderem entrar em conflito com os fatos, então dificilmente esses fatos serão invenções pessoais nossas. Assim é a simplicidade do realismo popperiano do senso comum, uma doutrina contra a qual nunca se propôs nenhum argumento que se possa reconhecer como sensato. Os fatos não residem em nossa mente. Tampouco nossas conjecturas podem fazê-lo inteiramente, se as submetemos à crítica, pois não podemos mastigar o que já engolimos nem questionar aquilo que já tornamos nosso. É óbvio que as ideias são concebidas em nossa mente, mas sua formulação linguística final as transporta para um mundo mais vasto e hostil. Em outras palavras, o conhecimento científico não é uma variedade de crença, nem um estado de disposição do organismo humano; mais parece um órgão humano independente, que evolui sob a pressão de uma crítica incessante. Nem todos os conhecimentos humanos são assim, pois somos animais, além de seres humanos, mas o racionalismo crítico não começa a funcionar enquanto não conseguimos nos distanciar de nossas preconcepções não expressas. E também não chegará longe, muito menos na ciência, se não tivermos uma considerável capacidade de interferir de maneira eficaz no funcionamento do mundo: se não pudermos manipular à vontade alguns corpos físicos, não poderemos realizar os experimentos necessários para questionar nossas conjecturas. Tanto quanto o realismo e o objetivismo, o indeterminismo é uma condição necessária para o bom funcionamento do método crítico. Para concluir essa lista seleta dos companheiros do racionalismo crítico, podemos destacar a importância, na arena política, do princípio de que não devemos correr o risco de cometer erros irrevogáveis e incontroláveis. As instituições políticas democráticas devem comprometer-se primordialmente em salvaguardar a liberdade — em especial, a liberdade de defender a liberdade — e, portanto, em prevenir uma tirania irremovível. E nossa política social deve orientar-se sobretudo para remediar os males sociais identificáveis, de modo a minimizar tanto quanto possível o perigo de substituí-los por injustiças menos fáceis de erradicar. Por isso, quando aplicado às insatisfações da vida social, o realismo crítico propõe uma abordagem gradativa da reforma social. Popper recomenda o pensamento revolucionário na ciência porque é fácil abandonar novas teorias imaginadas, quando elas estão erradas. Pela mesma razão ele desaconselha a atividade revolucionária na sociedade, pois suas consequências, raras vezes previsíveis, são quase sempre insuperáveis.

Essas ideias simples e belas, ao lado de muitas outras, são apresentadas, elaboradas e defendidas nos trinta textos que compõem este livro. Eles foram selecionados entre os abundantes escritos de Popper. Apesar de exibirem uma admirável unidade, não quero sugerir que todos tenham sido pensados, e muito menos elaborados até o fim, de uma só vez. Na verdade, Popper se ocupou inicialmente com o problema da demarcação — o problema de discriminar entre as conquistas da física e das outras ciências naturais, de um lado, e as meras pretensões ao *status* científico que eram características da psicanálise, do marxismo e da astrologia, de outro. Ao reconhecer que o importante era a refutabilidade das hipóteses científicas e a dedicação dos cientistas à tarefa de expor suas hipóteses ao risco de refutação, Popper avaliou com perspicácia o papel decisivo dos argumentos negativos na ciência e o caráter perfeitamente dispensável dos argumentos e experimentos que pretendem conferir um suporte positivo às hipóteses. Solucionou assim o problema da indução de Hume, um dos enigmas mais aborrecidos da filosofia moderna e um dos poucos, em minha opinião, a terem sido inequivocamente destrinchados. Esses problemas, o da indução e o da demarcação, forneceram material para o primeiro livro de Popper, *Die beiden Grundprobleme der Erkenntnistheorie* [Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento], escrito em 1930-1932.* Nessa época, entretanto, ele admitiu que havia “identificado erroneamente os limites da ciência com os da argumentatividade” (nota 4 do texto 17). Só vários anos depois essa valoração indevidamente modesta da soberania do argumento racional se fortaleceu a ponto de se converter em uma defesa irrestrita da abordagem crítica.

O entusiasmo de Popper pelo realismo e o objetivismo já aparece em *A lógica da pesquisa científica*, publicado em 1934, mas essas doutrinas, em especial a última, só foram expostas em profundidade a partir de meados da década de 1960. As descobertas popperianas sobre o método científico foram imediatamente exploradas na análise dos fenômenos sociais por terem desmascarado a ostentação pseudocientífica de grande parte do discurso marxista; entretanto, um estudo rigoroso desses temas só começou depois da invasão da Áustria em 1938, tendo culminado com a publicação, depois da Segunda Guerra Mundial, de *A miséria do historicismo* e *A sociedade aberta e seus inimigos*. Desses livros nasceu uma

* A primeira edição inglesa desse livro foi publicada em 2009: *The Two Fundamental Problems of the Theory of Knowledge*. Londres, Routledge. [Nota do Organizador]

poderosa série de argumentos contra o determinismo, o materialismo e tentativas similares de menosprezar a capacidade de os seres humanos trabalharem, ainda que de maneira hesitante e não espetacular, para aprimorar sua condição individual no mundo. Embora austeramente rigorosa ao invocar princípios lógicos, a filosofia de Popper compreende profundamente a imperfeição humana; esse é um de seus aspectos mais sublimes. Segundo ele, a resposta para nossa ignorância e nossa falibilidade não reside na pretensão de sabermos mais do que sabemos, ou de sabermos com mais certeza, mas apenas em nossos esforços para melhorar as coisas. Assim, Popper restituiu aos seres humanos um pouco de dignidade e de amor-próprio, sentimentos desmanchados, em alguns momentos, pela filosofia moderna.

Uma descrição extensa e esclarecedora do caminho trilhado pelo pensamento de Popper desde a juventude até aproximadamente 1970, da qual o resumo acima é um mero vislumbre, encontra-se em sua *Autobiografia intelectual*. Popper nasceu em Viena em 1902, em uma família próspera e culta: o pai era um advogado erudito e bem-sucedido e a mãe, uma musicista talentosa; a música, aliás, foi uma influência dominante em toda a sua vida. Depois da Primeira Guerra Mundial, ele estudou durante quase dez anos na Universidade de Viena, formando-se em matemática, física, psicologia e filosofia; recebeu o doutorado em 1928 e, no ano seguinte, obteve a licenciatura como professor secundário de matemática e física. Em 1934, a publicação de *A lógica da pesquisa científica* marcou o início de sua carreira como filósofo. Em dezembro de 1936, aceitou um cargo de professor no Canterbury College, em Christchurch, na Nova Zelândia, e em janeiro do ano seguinte, com a mulher, partiu da Áustria para os antípodas. O casal permaneceu lá durante toda a Segunda Guerra Mundial e retornou à Inglaterra em 1945, depois de Popper ter sido nomeado para um cargo docente na Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Nos 23 anos seguintes, como professor de lógica e método científico nessa instituição, ele exerceu uma influência memorável sobre gerações inteiras de alunos, os quais, em suas aulas e seminários, eram convidados a partilhar de um inesgotável fascínio pelo universo e pelo desvendamento de seus segredos. Popper aposentou-se em 1969 e, muito respeitado, continuou a levar uma vida modesta e discreta com a mulher em Fallowfield, sua residência em Buckinghamshire, trabalhando com o mesmo empenho de sempre. Na seção 27 da *Autobiografia intelectual*, escreveu: “Creio não ter tido uma única hora infeliz

como filósofo desde que retornamos à Inglaterra.” Poucos filósofos sentiram uma sede de conhecimento tão revigorante e insaciável.

O conteúdo deste livro não foi disposto em ordem histórica. Ele se divide em quatro partes, que contêm trechos selecionados dos escritos popperianos referentes, respectivamente, a teoria do conhecimento, filosofia da ciência, metafísica e filosofia social. Em todos os textos a ênfase recai sobre o método crítico e o papel fundamental que ele desempenhou no incremento do nosso conhecimento do mundo. O livro começa e termina com esse espírito. O primeiro texto nos reconduz aos primórdios da filosofia, à escola milésia de Tales, Anaximandro e Anaxímenes, à atitude racional tão arduamente valorizada por Popper, enquanto o segundo defende uma forma crítica de racionalismo, tanto do ponto de vista lógico como de uma perspectiva moral. Nesse texto, Popper reconhece “alguma prioridade ao irracionalismo” (p. 36) na adoção da própria postura racionalista, mas, à luz de seu trabalho posterior, essa parece ter sido uma concessão desnecessariamente generosa. Ao optarmos pelo método crítico, é claro que não obedecemos somente a determinações da razão, mas também não as infringimos, e é isso que realmente importa. O próprio racionalismo crítico, como insistiu W. W. Bartley, é passível de dissecação crítica. Trata-se, portanto, de uma postura coerente consigo mesma. Pode ser racionalmente adotada por seus próprios padrões.

No texto 3, Popper ataca o preconceito empirista de que todos os dados do nosso conhecimento derivam da experiência sensorial do indivíduo. Essa suposição é fantásticamente equivocada, pois adquirimos quase todos os conhecimentos por meio de conjecturas. A única coisa que aprendemos com a experiência é quão caprichosas são muitas dessas conjecturas, infelizmente. No texto se afirma com clareza que o importante é o que fazemos com uma hipótese depois de ela ser formulada; aquilo que a instigou ou a sua genealogia não influem para determinar se vale ou não a pena perseverar nela. Essa questão prossegue nos dois textos seguintes, nos quais nosso conhecimento e seu desenvolvimento são firmemente situados em um contexto biológico. No texto 4, Popper concentra-se em analisar o estatuto impessoal daquela parte de nossos conhecimentos que adquiriu expressão linguística; muito do que sabemos, sugere, já não faz parte de nós: emigrou para um mundo, chamado de forma neutra de Mundo 3, que tem seus próprios problemas e mistérios. O texto 5 aborda esse Mundo 3 do conhecimento objetivo em um

espírito francamente darwiniano, assemelhando-o, de modo não metafórico, a uma população de organismos e quase literalmente a um órgão humano capaz de evoluir de maneira espantosamente rápida; nosso conhecimento objetivo é comparado ao resíduo de conhecimento, talvez muito maior, que está incorporado nos níveis genético e comportamental. As novas hipóteses, por exemplo, são vistas como semelhantes a variações cromossômicas, e sua crítica é vista como uma variação selvagem, não natural, da seleção natural darwiniana. Um tema relativamente contrastante aparece no texto seguinte: o da função exercida pelas definições — se é que elas têm alguma função — na organização de nosso conhecimento. Nesse ponto, Popper ataca diretamente o dogma, injustificadamente difundido, de que as definições e a ilusória precisão que brota delas são essenciais a qualquer articulação lógica de nossos pensamentos e até à mera clareza dos raciocínios. O ponto de vista popperiano, mais uma vez, aproxima-se do cerne do racionalismo crítico, negando que exista um lugar correto a partir do qual se deva iniciar a exploração do mundo. Nem as observações sensoriais nem as definições essencialistas fornecem uma base confiável a partir da qual se possa lançar uma expedição segura.

Os dois últimos textos da Parte I são dedicados aos problemas da indução e da demarcação. Em outras questões inclinei-me a confiar em escritos mais antigos de Popper, mas nesses dois casos retirei excertos de um trabalho relativamente recente, que examina e responde minuciosamente muitas objeções formuladas contra as soluções popperianas desses problemas. Ambos os textos explicam claramente os problemas em si, bem como suas soluções, de modo que se torna desnecessária uma elucidação maior deles sob esse aspecto.

Na Parte II abordam-se alguns temas relacionados com o conhecimento científico, bem como alguns assuntos levemente técnicos que envolvem a verdade, a aproximação à verdade, o conteúdo e a probabilidade. Os três primeiros textos selecionados, de 9 a 11, provêm do livro clássico de Popper, *A lógica da pesquisa científica*; neles se elaboram alguns princípios metodológicos do falsificacionismo, assim como se levantam questões sobre esse método. Por exemplo, pergunta-se se o próprio falsificacionismo é empiricamente falseável, ou refutável; se poderia ser vazio, dado que sempre se pode contornar uma refutação iminente; e se o procedimento de teste que ele recomenda, caso exequível, tem de recorrer a enunciados de teste que sejam, eles mesmos, incontestáveis. A resposta a cada uma dessas indagações é negativa. O método científico

é apresentado como um estoque de regras metodológicas às quais decidimos nos submeter em nome daquilo que consideramos ser o objetivo da ciência, e não como uma coleção de teses a serem testadas por meio de uma inspeção sobre comportamento científico; embora seja sempre possível impedir as refutações, decidimos de antemão não usar essas manobras; e as regras do método incluem regras para aceitar enunciados de teste como resultado de uma decisão calculada, porém reversível, de interromper a testagem.

Nos textos 12 e 13, identifica-se que o objetivo da ciência é fornecer explicações teóricas cada vez mais profundas e abrangentes, com soluções cada vez mais adequadas para os problemas gerados pela própria ciência. Mostra-se que esse desejo de profundidade e conteúdo está em franco desacordo com a busca da certeza ou da probabilidade de nossas teorias, e que ele só se pode realizar por meio de algo como o programa falsificacionista. No texto seguinte — de forma bastante inócua, diríamos —, a verdade é oferecida como mais um ingrediente daquilo que queremos da ciência; sugere-se que nossa esperança, em termos realistas, é nos aproximarmos gradativamente da verdade, seguindo uma cadeia de aproximações cada vez melhores. Também se delinham sucintamente a teoria da verdade de Tarski e a tentativa frustrada do próprio Popper de definir como seria possível tal aproximação da verdade. Quem tiver dificuldade de compreender por que o problema da verdade, que agora parece tão simples, já foi tão desconcertante deve prestar atenção às anotações de Popper sobre o paradoxo do mentiroso e outros paradoxos correlatos no texto 2; quem quiser ver o problema da aproximação da verdade magistralmente resolvido deve consultar a bibliografia adicional, indicada na nota 11 do texto 14.

O último texto da Parte II é uma exposição sucinta e bastante condensada da famosa interpretação popperiana sobre a propensão das probabilidades singulares que surgem nas teorias físicas modernas, notadamente na mecânica quântica. Tais probabilidades costumam ser interpretadas de forma subjetivista, como medidas de nossa ignorância, mas Popper as compreende como componentes objetivos do mundo físico. O texto termina com a formulação de uma hipótese francamente metafísica sobre essas propensões e seu funcionamento em toda a ordem natural.

A Parte III propõe ao leitor uma variedade de especulações metafísicas e mostra como é possível avaliar criticamente essas hipóteses abstru-

sas. A importância da própria criticabilidade é abordada no texto 16, no qual aparecem um ou dois resultados da meditação metafísica como exemplos de teorias filosóficas que são invalidadas quando confrontadas com uma crítica responsável. Depois disso, avaliam-se doutrinas metafísicas cujos méritos revelam-se bem mais consideráveis. Primeiro, no texto 17, temos o realismo, um ponto de vista tão arraigado no senso comum que talvez estabeleça uma qualificação filosófica mínima para a sanidade. Segue-se a isso, no texto 18, um cativante ensaio histórico sobre o embate dos primeiros cosmologistas gregos com o problema da mudança — o problema de como algo pode mudar e, ao mesmo tempo, continuar a ser aquilo que mudou. Embora a existência de objetos do cotidiano seja um componente do realismo do senso comum que Popper defende, não é preciso imputar nenhum tipo de permanência a esses objetos ou a quaisquer outros. Quase desde o começo, as soluções para o problema da mudança tentaram forjar uma distinção entre a aparência, aquilo que muda, e a realidade, aquilo que permanece. Podemos ver que tal distinção é falsa quando percebemos que as ilusões, por mais ilusórias que sejam, nem por isso deixam de ser reais. A aparência é parte da realidade, não algo alheio a ela.

O texto seguinte, número 19, debate se a hipótese darwiniana da seleção natural, da sobrevivência do mais apto, pertence à ciência ou se, por ser quase tautológica, é uma criação metafísica — embora constitua o cerne de um programa norteador da pesquisa científica, como o próprio Popper chegou a afirmar. Nesse texto, ele reconhece que foi impiedoso ao avaliar a hipótese da seleção natural, e por isso modifica a avaliação anterior. Nem essa hipótese nem a própria teoria da evolução devem ser confundidas com a filosofia evolutiva das leis do progresso, flagrantemente desprovida de conteúdo empírico e criticada no texto 23. No texto 20, Popper aborda com algum entusiasmo os espinhosos problemas do determinismo em suas várias feições, em particular o problema de como encontrar espaço para a liberdade humana entre os extremos da predeterminação rígida e do puro acaso. Nesse artigo, Popper enunciou claramente, pela primeira vez, um problema que batizou com um belo nome em homenagem a A. H. Compton — o problema de como as entidades abstratas do que chamou de Mundo 3 podem ter alguma influência física no mundo físico sem violarem as leis da física. É patente que nossas teorias afetam a natureza de algum modo; o fato de as ferrovias e as geladeiras, ou os exemplares de *Conjecturas e refutações*, terem surgido

no mundo, independentemente das hipóteses científicas e filosóficas que encarnam, conduz a imaginação para além da razão. Nessa eficácia causal dos elementos do Mundo 3, uma eficácia obviamente mediada pelo pensamento humano, Popper vê uma chave para os problemas da interação mente e corpo e da unidade do Eu. Ele sugere, em caráter provisório, que o Eu emerge pela interação do animal humano com a linguagem humana e, ao longo de sua existência, é sustentado pelos elementos do Mundo 3 com os quais se mantém em contato intelectual. Os textos 21 e 22 abordam essas difíceis questões, sem que pretendam proporcionar respostas completas ou totalmente satisfatórias.

A última divisão do livro, a Parte IV, dedica-se a problemas da filosofia social e política, em especial os decorrentes da difícil relação entre o sujeito individual e o Estado. Embora fique inequivocamente ao lado dos cidadãos, no incessante esforço destes para não se deixarem intimidar nem adotar uma postura de submissão e subserviência, Popper resiste com vigor à ideia de que eles se beneficiariam do desmantelamento do Estado. Ao contrário, talvez somente o Estado seja capaz de protegê-los da intimidação dos vizinhos, que pode ser tão terrível quanto serem acuados pelo próprio Estado. Isso mostra como é vital que o Estado seja mantido sob controle e sob alguma direção do povo. Em outras palavras, o Estado só existe em benefício dos cidadãos, e sua existência interessa a estes. A realidade da sociedade humana tem uma significação ainda mais profunda, como Marx percebeu com clareza, pois não seríamos seres humanos se desaparecesse a orquestração social de nossa vida. Se nosso Eu, como sugerido no texto 22, passa a existir por meio da linguagem, então as origens sociais da nossa individualidade e da nossa humanidade tornam-se bastante óbvias, pois a linguagem é um fenômeno social. Mesmo que as instituições políticas desaparecessem da vida humana, as instituições sociais não poderiam desaparecer. Mas não devemos interpretar isso como se tais instituições fossem ativadas por outros meios, além da ação de seres humanos individuais; como os habitantes do Mundo 3, os indivíduos humanos possuem a capacidade de intervir no mundo, mas as realizações dependem do que cada um faz. Nós dirigimos as instituições. Lamentavelmente, muitas vezes fazemos isso de maneira inábil. Quando temos juízo, ficamos atentos às armadilhas imprevistas. Um dos axiomas subutilizados da filosofia social de Popper diz que nossos planos quase sempre falham em algum lugar, não por alguma interferência satânica, mas pelo simples fato de que raramente sabemos o bastante, ou sequer muito, sobre como as coisas funcionarão.

A Parte IV começa com uma longa exposição crítica da doutrina metodológica que Popper chama de historicismo, segundo a qual as ciências sociais devem estudar a sociedade de maneira histórica, como uma entidade que se desdobra no tempo, observando-a como uma totalidade e prevendo seu destino. É comum os historicistas compararem a sociedade a um organismo ou a uma espécie biológica, assemelhando o curso dela ao processo evolutivo. Mas, como evidencia o texto 23, nem mesmo na biologia existe uma lei do desenvolvimento evolutivo; a hipótese darwiniana da seleção natural, em particular, não deve ser erroneamente tomada como se fosse essa lei. No texto 24, Popper refuta algumas repercussões práticas da mitologia historicista, em especial a falácia holística de que a administração da sociedade só pode ser feita em larga escala e de que devemos nos empenhar para reformular toda a sociedade. Em oposição a isso, ele propõe que a principal tarefa da engenharia social deve ser eliminar fontes específicas de sofrimento, não só porque é relativamente fácil identificá-las, mas também porque, com bastante frequência, as ações apropriadas para eliminá-las podem ser monitoradas com algum grau de sucesso.

O texto 25 mostra que a questão de quem deve governar, que Platão destacou pioneiramente como fundamental para a teoria política, leva inevitavelmente a respostas paradoxais. Por isso, ela deve ser desconsiderada e substituída por outra: como descartar os tiranos antes que eles causem estragos demais e, em particular, antes que tornem seu afastamento impossível, a não ser pela força. Mais uma vez, a ênfase recai em como consertar as coisas, não em como não errar ao fazê-las. Uma das poucas lições que devemos aprender com a história é que poucos governantes se abstêm de usar mal os poderes de que os investimos. Ainda assim, parece possível criar instituições políticas que proporcionem alguma proteção contra a opressão; “democracia”, para Popper, é apenas um rótulo para tais instituições. No texto 26, no qual combate os comentários depreciativos de Marx sobre a eficácia do poder político diante das forças econômicas, ele diz que a única esperança é fundar e promover instituições democráticas, a despeito das incursões que elas fazem, em nome da liberdade individual, contra a própria liberdade individual. Convém repetir que o Estado e suas instituições existem em benefício do indivíduo, e os governantes continuam a ser fiéis depositários de nossa liberdade individual, por mais que venham a trair essa confiança. O texto 27 demole a opinião contrária, de Platão, de que os indivíduos devem sacrificar-se inteiramente pelo bem comum, sendo esse o verdadeiro al-

truísmo ou abnegação. Desde a Antiguidade, a confusão entre individualismo e egoísmo, da qual Platão tirou pleno proveito, tem sido uma dívida de valor inestimável para os pensamentos totalitários.

Os três últimos textos analisam ainda mais o inextricável entrelaçamento do indivíduo com a sociedade. O texto 28 endossa o juízo marxista de que o indivíduo é sempre cerceado pelas leis sociais e de que as transações sociais não podem reduzir-se às leis da psicologia individual. Embora o indivíduo seja aquele que age, os indivíduos interagem. As leis que regem essas interações têm tão pouca possibilidade de ser enunciadas em termos psicológicos quanto as leis da interação gravitacional podem ser explicadas pelas propriedades intrínsecas ou essenciais dos corpúsculos newtonianos (ver nota 3 do texto 12). Popper propõe que as explicações sociais e históricas recorram ao que ele denomina lógica situacional. O tema prossegue no texto 29. Segundo ele, o princípio de que os agentes atuam de forma adequada à situação tal como a percebem, apesar de falso, precisa ser absorvido por toda explicação social. Por último, no texto 30, chegamos aos aspectos sociais da ciência. A objetividade e a racionalidade da ciência, observa Popper, encontram-se não só nas mãos de cientistas individuais, mas nas de cientistas imersos em uma comunidade científica. A crítica, em particular, tem um caráter irremediavelmente social, pois, em geral, somos tão cegos para as nossas falhas quanto somos atentos para as dos outros. A interação social, portanto, é tão crucial para a prosperidade do racionalismo crítico quanto as qualidades individuais de imaginação, engenhosidade, coragem, determinação e disposição de aprender. O florescimento da cosmologia, da filosofia e da ciência ocidentais, cuja crônica aparece no primeiro texto selecionado, resultou diretamente da criação de uma tradição crítica.

Nem é preciso dizer que há mais coisas nos textos selecionados para este livro do que pude mencionar aqui, e que há muito mais nos escritos de Popper do que pude condensar em quatrocentas e poucas páginas. Esse grande manancial de ausências inclui não apenas uma profusão de comentários históricos sobre Platão, sobre Marx e sobre o problema cor-poramente, por exemplo, e de contribuições técnicas para a lógica, a teoria das probabilidades e a teoria quântica, quase não mencionadas aqui, como também grande número de variações e ampliações dos assuntos aqui apresentados, além de temas correlatos de epistemologia, filosofia da ciência, metafísica e filosofia social. Por isso, ao terminar esta introdução a uma introdução ao pensamento popperiano, devo chamar a

atenção, explicitamente, para as principais publicações de Popper, listadas na bibliografia nas páginas 425 e seguintes, e também para vários livros em que suas ideias são expostas e examinadas. Recomendo o estudo adicional deles e manifesto a esperança de que propiciem críticas e esclarecimentos permanentes. Talvez o racionalismo crítico não esteja inteiramente correto, mas talvez não esteja inteiramente errado. Seria bom saber.

Para concluir, alegra-me ter a oportunidade de registrar agradecimentos a Bill Bartley, Jack Birner, Larry Briskman, Roger James, Bryan Magee, Anthony O'Hear e Tom Settle, que criticaram severamente alguns rascunhos toscos do livro, fizeram sugestões sobre o que eu não devia deixar de fora, orientaram-me no espinhoso problema de como intitular este trabalho e garantiram de outras maneiras que o livro saísse muito melhor do que teria saído sem a sua ajuda, embora, é claro, somente eu possa ser responsabilizado pelo resultado final. Sou especialmente grato a Briskman, que há vários anos tem lido os manuscritos de quase tudo o que escrevo e tem sido infalível em sua disposição de me cumular de críticas detalhadas e inflexíveis. Como está documentado na nota editorial no final do livro, também sou grato aos editores de Popper por haverem consentido na republicação de um material cujos direitos eles detêm. Acima de tudo, porém, sou grato a Karl e Hennie Popper, que ajudaram de várias maneiras a tornar mais leves as minhas tarefas editoriais e incentivaram generosamente esta tentativa de apresentar ao público um livro de textos selecionados. Popper também escreveu o material. Não tenho palavras suficientes para lhe agradecer por isso.

David Miller

22 de setembro de 1982